valor de R\$ 6.135.592,58 (Seis milhões cento e trinta e cinco mil, quinhentos e noventa e dois reais e cinquenta e oito centavos), sem devolução de valores;

2) Aplicar-lhe multa de R\$969,27 (Novecentos e sessenta e nove reais e vinte e sete centavos), pela grave infração à norma legal, a ser recolhida na forma do disposto na Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº.17.492/2008-TCE, no prazo de trinta (30) dias da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da cominação de multa, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO N.º 61.581

(Processo n.º 50781-7/2020)

Assunto: APOSENTADORIA

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

Relator: Conselheiro LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do relator, com fundamento no art. 34, inciso II e parágrafo único, c/c o art. 35, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro do Ato de Aposentadoria consubstanciada na PORTARIA AT AP nº 0198, de 18/02/2013, em favor de EDVAL JOÃO SOARES, na função de Braçal, lotado na Secretaria de Estado de Transporte.

ACÓRDÃO N.º 61.582

(Processo TC/502060/2016)

Assunto: Prestação de Contas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, relativa do Exercício Financeiro de 2015.

Responsável: Luiz Fernandes Rocha.

Relator: Conselheiro LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do relator, com fundamento no art. 56, inciso I e art. 60 da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012:

1 - Julgar regulares as contas de responsabilidade do Sr. Luiz Fernandes Rocha, CPF nº 109.099.902-04, ex-Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, no valor de R\$93.219.420,67 (Noventa e três milhões, duzentos e dezenove mil, quatrocentos e vinte reais e sessenta e sete centavos), dando-lhe plena quitação; e

2 - Recomendar à SEMAS:

2.1) Que, ao final do exercício, passe as despesas empenhadas e processadas para o exercício subsequente como restos a pagar; e

2.2) Que as contratações temporárias sejam realizadas apenas nos casos previstos nos termos do artigo 37, IX da CF/88.

ACÓRDÃO N.º 61.583

(Processo TC/517562/2019)

Assunto: REFORMA

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

Relator: Conselheiro ODILON INÁCIO TEIXEIRA

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do relator, com fundamento no art. 34, inciso II e parágrafo único, c/c o art. 35, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro do Ato de Reforma consubstanciada na PORTARIA RE n.º 2801, de 27/08/2018, em favor do CABO PM WILSON SANTOS AMADOR, pertencente ao efetivo do 20º Batalhão de Polícia Militar (Belém).

ACÓRDÃO N.º 61.584

(Processo n.º 53061-8/2019)

Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL

Requerente: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Relator: Conselheiro ODILON INÁCIO TEIXEIRA

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 34, inciso I e parágrafo único, c/c o art. 35 da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro dos atos de nomeações por Concurso Público em favor de MARTARENE SILVA DA CUNHA, ANDREA DE SOUSA VASCONCELOS NINA, ALDENIO FAGNER DE MOURA FREITAS, ARLEY ANTES SOUZA, KARINA SCHMITT CAVALCANTE, SARA DE CASTRO REPOLHO, PATRICIA SA BATISTA COIMBRA, MARCIO ANDRE SILVA FIGUEIROA, GEOVANE CARDOSO RODRIGUES e ELIANA BENTES FEITOSA, aprovados em Concurso Público realizado pela Secretaria de Estado de Educação.

ACÓRDÃO N.º 61.585

(Processo n.º 2009/52631-9)

Assunto: PENSÃO CIVIL

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

Relatora: Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da relatora, com fundamento no art. 34, inciso II e parágrafo único, c/c o art. 35, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro do Ato de Pensão Civil consubstanciada na PORTARIA n.º 0200, de 06/02/2002, em favor de MARIA DA CONCEIÇÃO LIMA OLIVEIRA, CABIARÁ LIMA DE FIGUEIREDO, JACIARA LIMA DE FIGUEIREDO, MAIKA ELAINE DOS REIS FIGUEIREDO e MARCELA DOS REIS FIGUEIREDO, dependentes do ex-segurado Coriolano Raimundo de Figueiredo.

ACÓRDÃO N.º 61.586

(Processo n.º TC/525881/2009)

Assunto: PENSÃO

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

Relatora: Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da relatora, com fundamento no art. 34, inciso II e parágrafo único, c/c o art. 35, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro do Ato de Pensão consubstanciada na PORTARIA nº 917, de 24/10/2002, em favor de CHRISTIANE SAMARA SOUSA SANTOS, ALEXSANDRO SOUSA SANTOS e CHISLENE SILVA SANTOS, dependentes do ex-segurado Cleilson Silva Santos.

ACÓRDÃO N.º 61.587

(Processo TC/523842/2009)

Assunto: PENSÃO CIVIL

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ.

Relatora: Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da relatora, com fundamento nos arts. 34, inciso II e parágrafo único. c/c o art. 35 da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro do ato de Pensão Civil consubstanciada na PORTARIA n.º 0417, de 10.05.2001, em favor de Maria José Farias Mendes e Iris Farias Mendes, dependentes do ex-segurado Adilson do Nascimento Mandes.

ACÓRDÃO N.º 61.588

(Processo TC/543642/2019)

Assunto: ADMISSÃO DE PESSOAL

Requerente: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Relator: Conselheiro FERNANDO DE CASTRO RIBEIRO

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 34, inciso I e parágrafo único, c/c o art. 35, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012: 1) Deferir, em caráter excepcional, o registro dos atos de admissão de servidores temporários firmados entre a SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – CAMILA DIAS VALE, VIVIAN MARIA RODRIGUES GONÇALVES, SANDRA ANDRADE DOS SANTOS DE OLIVEIRA, MARCOS CESAR VIANA CALANDRINI, JOHNATAN DOS SANTOS BORGES, CLEITON SILVA TEIXEIRA, JANE CATIA PEREIRA MELO, WALLAN ADRIANY TAVARES DE SOUSA, SEBASTIANA TEIXEIRA DA SILVA e RAFAELA SALES DE SOUSA;

2) Recomendar à Secretaria de Estado de Educação, que tão logo seja possível, cuide da realização de concurso público para admissão de pessoal necessário para o preenchimento das vagas em aberto no quadro de pessoal dessa Secretaria.

3) Recomendar à Secretaria de Estado de Educação que atente às normas da Resolução nº 19.070, de 2018 deste Tribunal, que trata sobre a composição e o encaminhamento dos atos de admissão de pessoal por meio do sistema eletrônico e-Jurisdicionado, Módulo Admissão, e a respectiva atuação processual, sob pena de prejuízo a instrução processual.

ACÓRDÃO N.º 61.589

(Processos n.ºs 50563-4/2012, 51186-3/2012, 51194-3/2012 e 51226-5/2012)

Assunto: REFORMA

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

Relator: Conselheiro FERNANDO DE CASTRO RIBEIRO

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 34, inciso II e parágrafo único, c/c o art. 35 da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro dos atos de reforma referentes aos processos abaixo discriminados:

Processo n.º 50563-4/2012: Reforma consubstanciada na PORTARIA n.º 1363, de 21/06/2011, em favor do Cabo PM – BENEDITO SALES RIBEIRO JÚNIOR, pertencente ao efetivo do 6º BPM (Ananindeua);

Processo n.º 51186-3/2012: Reforma consubstanciada na PORTARIA n.º 3995, de 06/01/2011, em favor da Cabo PM FEM – EDINETE DE LIMA COLARES, pertencente ao efetivo do CIPTUR;

Processo n.º 51194-3/2012: Reforma consubstanciada na PORTARIA n.º 3447, de 23/11/2010, em favor do Soldado PM – SILAS FIGUEIREDO DA SILVA, pertencente ao efetivo do CCS/QCG;

Processo n.º 51226-5/2012: Reforma consubstanciada na PORTARIA n.º 2670, de 16/09/2010, em favor do Cabo PM – WILTON GONÇALVES DOS SANTOS, pertencente ao efetivo do 13º BPM/Tucuruí.

ACÓRDÃO N.º 61.590

(Processos n.ºs 2015/50939-1, 2015/50998-1 e 2015/51219-2)

Assunto: APOSENTADORIAS

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

Relator: Conselheiro FERNANDO DE CASTRO RIBEIRO

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 34, inciso II e parágrafo único, c/c o art. 35 da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, registrar os atos de aposentadorias abaixo discriminados: Processo nº 2015/50939-1 – Aposentadoria consubstanciada na PORTARIA AP nº 1932, de 07/05/2012, em favor de SANDRA HELENA SOUSA SILVA, no cargo de Professor Assistente PA-A, lotada na Secretaria de Estado de Educação; Processo nº 2015/50998-1 – Aposentadoria consubstanciada na PORTARIA AP nº 2245, de 28/05/2012, em favor de FÁTIMA MEDEIROS LOPES, no cargo de Professor Assistente PA-A, lotada na Secretaria de Estado de Educação; Processo nº 2015/51219-2 – Aposentadoria consubstanciada na PORTARIA AP nº 580, de 13/01/2012, em favor de JANDIRA BORGES DE ALMEIDA, no cargo de Professor Assistente PA-A, Nível A, lotada na Secretaria de Estado de Educação.

ACÓRDÃO N.º 61.591

(Processo n.º 50017-7/2016)

Assunto: APOSENTADORIA

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto JULIVAL SILVA ROCHA

Formalizadora da Decisão: Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES (Art. 191, § 3º, do Regimento Interno)

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão do relator, com fundamento no art. 34, inciso II e parágrafo único, c/c o art. 35, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012, registrar o Ato de Aposentadoria consubstanciada na PORTARIA AP nº 2021, de 21/05/2012, em favor de AUDALUCE GUIMARÃES DE MEIRELES, no cargo de Professor Classe I – nível I, lotada na Secretaria de Estado de Educação.